

Empréstimos externos para União, estados e DF

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem autorização de empréstimos para a União, os estados da Bahia e do Espírito Santo e o DF. **Página 8**



Na CAE, Tuma (D), Hartung, Luiz Otávio, Jorge Khalil e Coser

Ensino fundamental poderá ter nove anos

A Comissão de Educação aprovou ontem projeto que aumenta de oito para nove anos a duração do ensino fundamental. A proposta vai para o Plenário. **Página 8**



Para senadores, medida favorece alunos de famílias pobres

EM DEBATE, O MÍNIMO DE R\$ 350

"Melhor valor dos últimos 25 anos", segundo Mercadante, é considerado baixo por Heloísa, que defende R\$ 400

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, afirmou ontem que o salário mínimo de R\$ 350, anunciado pelo governo para abril, representa ganho real de 13%. Segundo ele, é o melhor valor nos últimos 25 anos, considerando a média, ou o melhor dos últimos 20

anos, levando em conta o pico.

Outros aliados do governo, como Marcelo Crivella e Fernando Bezerra, também defenderam o novo mínimo. Relator da Comissão Especial do Salário Mínimo, Paulo Paim prometeu lutar por política permanente de reajuste que beneficie, além dos trabalhadores da

ativa, os aposentados e pensionistas.

Mas a senadora Heloísa considerou baixo o reajuste e defendeu um valor acima de R\$ 400. De acordo com ela, se Lula cumprisse o que prometeu em campanha – dobrar o poder de compra do mínimo –, o piso salarial seria fixado em R\$ 541. **Página 3**



Efraim Morais diz que depoimento de Palocci foi acertado com o ministro

Palocci depõe amanhã na CPI dos Bingos

O presidente da CPI dos Bingos, Efraim Morais, informou que será realizado amanhã, após as votações no Plenário do Senado, o depoimento do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. O ministro deverá explicar, entre outras coisas, denúncias de corrupção durante o período em que foi prefeito de Ribeirão Preto. **Página 5**

A morte de Celso Daniel, segundo legista e delegados

A existência de sinais de tortura no corpo do então prefeito Celso Daniel foi confirmada pelo legista Paulo Algarate Vasques. Já os delegados Edson Santi e José Luna dizem acreditar que o assassinato foi crime comum. **Página 5**

Gestão de florestas volta a tramitar com urgência

O presidente Lula enviou mensagem ao Congresso Nacional para que o projeto de lei sobre gestão de florestas públicas volte a tramitar em caráter de urgência. A proposta foi uma

das mais polêmicas entre as analisadas pelo Congresso Nacional em 2005.

Aprovado pela Câmara, o PLC 62/05 começou a tramitar no Senado em caráter de urgência, mas, quando

passou a obstruir a pauta, o governo retirou-lhe esse *status*. A intenção era possibilitar a deliberação sobre outros assuntos que estavam na fila, atrás da polêmica gestão de florestas.



Líder do governo, Mercadante afirma que nunca aceitaria chantagem

Mercadante protesta contra matéria de revista

"Preocupado e chateado": assim Aloizio Mercadante manifestou-se a propósito de matéria da *Veja* segundo a qual parlamentares da oposição estariam se articulando para chantageá-lo. A revista diz que isso ocorreria a partir de acusações de envolvimento do senador com o valerioduto e as contas clandestinas de Duda Mendonça. **Página 4**



VISITA Uma delegação de deputados angolanos esteve no Plenário do Senado durante a sessão de ontem. O senador Juvêncio da Fonseca, que presidia a sessão, lembrou que Angola "tem uma vinculação íntima" com a história do Brasil. "Se no início esta vinculação não foi tão alvissareira, hoje aquela nação representa para nós um país irmão", disse o senador.

Grupo de trabalho criado para instruir três projetos sobre as sociedades cooperativas vai debater o assunto com ministros

Senadores discutem novas regras para o cooperativismo

Eduardo Suplicy (PT-SP) presidiu ontem reunião do grupo de trabalho criado para instruir os Projetos 171, 428 e 605, todos de 1999. As propostas tratam das sociedades cooperativas e visam atualizar a legislação que regula o setor.

Os projetos – de Osmar Dias (PDT-PR), Suplicy e do então senador José Fogaça – tramitam na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO), já ofereceu parecer



Suplicy é um dos autores das propostas para atualizar o setor

pela aprovação da proposta de Osmar Dias, com uma emenda, e pela rejeição dos outros dois.

A votação da matéria estava prevista para hoje, mas Suplicy e Demostenes propuseram a realização de reunião com a participação

dos ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Desenvolvimento Agrário; e do Trabalho e Emprego, que deve ocorrer em 20 de fevereiro.

Começam hoje as inscrições para o curso Estatuto das Cidades

Serão abertas hoje as inscrições para o curso Estatuto das Cidades, resultado de parceria entre o Programa Interlegis e o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea). O curso terá três meses de duração e será ministrado através da Internet.

Serão abordados temas como o direito à cidade, instrumentos de ordenamento territorial, leis e conceitos do Estatuto da Cidade e instrumentos de justiça social.

A iniciativa tem o objetivo de mostrar a necessidade da partici-

pação da sociedade na resolução dos problemas urbanos, estimular práticas para a implementação do estatuto nos municípios brasileiros e relacioná-lo com as situações do Brasil contemporâneo.

Aberto ao público, o curso é voltado principalmente a parlamentares e servidores públicos, bem como profissionais de arquitetura, engenharia, agronomia e lideranças comunitárias.

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo site www.interlegis.gov.br.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx



Medida provisória bloqueia a pauta do Plenário

A pauta da sessão deliberativa de hoje está bloqueada pela MP 266/05, que abre crédito extraordinário ao Orçamento Fiscal da União em favor dos ministérios dos Transportes, da Integração Nacional e das Cidades,

e pelo PLC 01/06, proveniente da MP 267/05, que trata do seguro de crédito à exportação. Caso a pauta seja liberada, transcorrerá a segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que disciplina a edição de MPs.

CCJ discute projeto que regulamenta exploração de gás natural

Na pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 9h30, projeto de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que dispõe sobre

importação, exportação, processamento e distribuição de gás natural. A CCJ analisa ainda projetos da Câmara que alteram o Código de Processo Civil.

Comissão de Educação vota indicação para Ancine

Às 10h, a Comissão de Educação (CE) realiza reunião para examinar a indicação de Leopoldo Nunes da Silva Filho para exercer o cargo de diretor

da Agência Nacional do Cinema (Ancine). O parecer da relatora na comissão, senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), será apreciado em votação secreta.



CPI toma depoimento de diretor dos Correios

A Sub-Relatoria de Contratos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios se reúne hoje, às 14h, para ouvir o

diretor comercial dos Correios, José Otaviano Pereira, e o ex-diretor comercial Paulo Roberto Menicucci. Às 17h, presta

depoimento o diretor da empresa Brockveld Tecnologia e Integração de Sistemas, Edson Maurício Brockveld.



Ministro do Trabalho debate política para o mínimo

A Comissão Especial Mista do Salário Mínimo promove hoje duas reuniões. Na primeira, às 9h, serão tratados assuntos administrativos, referentes ao funciona-

mento do colegiado. Às 11h, os integrantes da comissão debatem a política para o salário mínimo com o ministro do Trabalho e do Emprego, Luiz Marinho.

Relatório setorial

Os senadores e deputados da Comissão Mista de Orçamento (CMO) terão reunião hoje, às 10h30, para discutir e votar o relatório setorial de Trabalho, Previdência e Assistência Social apresentado à proposta orçamentária para 2006 (Projeto de Lei 40/05-CN), no Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados.

Sub-Relatoria de Fundos de Pensão

A Sub-Relatoria de Fundos de Pensão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios se reúne às 11h para ouvir Ermindo Cecchetto Júnior, diretor de Investimentos do Fundo de Previdência e Assistência Social Real Grandeza, e o ex-diretor Jorge Luiz Monteiro de Freitas. A oitava será na sala 19 da Ala Alexandre Costa.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin,

Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich

(61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Antero Paes de Barros, João Alberto Souza e Juvêncio da Fonseca

Senador anuncia que, na reunião de Lula com centrais sindicais e líderes da base de apoio, ficou acertada correção da tabela do Imposto de Renda Pessoas Físicas em 8%

Jucá lembra os 83 anos da Previdência Social



Romero Jucá

Romero Jucá (PMDB-RR) lembrou da tribuna o transcurso dos 83 anos da Previdência Social no Brasil. Ele observou que, coincidentemente, a comemoração se dava no mesmo dia do anúncio do novo valor do salário mínimo, R\$ 350, que deverá entrar em vigor em abril.

O senador destacou a necessidade de uma administração eficiente e moralizada para a Previdência, cujo órgão de seguridade, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), atende 70 milhões de pessoas, pagando R\$ 22 bilhões ao mês.

Mão Santa comemora independência do Piauí



Mão Santa

Mão Santa (PMDB-PI) comemorou o aniversário da declaração de independência do estado do Piauí do domínio português, ocorrida na madrugada de 24 de janeiro de 1823 em Oeiras.

Ele lembrou que a independência piauiense se consolidou em 13 de março, na Batalha do Jenipapo, à margem do rio Jenipapo, em Campo Maior, quando os brasileiros venceram os portugueses.

– Hoje é uma das principais datas para o povo piauiense.

Tuma exalta a data da fundação de São Paulo



Romeu Tuma

Romeu Tuma (PFL-SP) comemorou o aniversário da cidade de São Paulo, que, afirmou, merece o respeito de toda a sociedade do país, pelo seu acolhimento a brasileiros de diversas procedências.

Ele se disse surpreso com matéria do *Correio Braziliense*, em que o ex-presidente Itamar Franco teria expressado a necessidade de “quebrar o monopólio político dos paulistas”. Tuma argumentou que Lula escolheu para auxiliares pessoas oriundas de São Paulo no exercício de sua prerrogativa como presidente.

Mercadante: novo salário mínimo é o maior nos últimos 25 anos

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), anunciou ontem, no Plenário, que o valor do salário mínimo proposto pelo governo é de R\$ 350, com reajuste antecipado de maio para abril. A decisão foi tomada em reunião de centrais sindicais e líderes da base do governo com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O senador disse que o reajuste, de 16,7%, representa ganho real de 13%.

Mercadante destacou que esse é o melhor valor do salário mínimo nos últimos 25 anos, analisado pela média, e o melhor dos últimos 20 anos, analisado pelo

pico. No encontro, ficou decidido também que a tabela do Imposto de Renda de pessoas físicas será reajustada em 8%.

O parlamentar ressaltou que o poder aquisitivo do salário mínimo, que era de US\$ 58 em janeiro de 2003, passará a US\$ 146 – “um crescimento de 152% do valor do salário mínimo em dólar”. O líder do governo lembrou que durante muitas décadas o movimento sindical lutou por um piso salarial de US\$ 100.

O senador assinalou ainda que quando Lula assumiu o cargo, o salário mínimo, que comprava 63 quilos de feijão e 26 quilos de car-

ne, hoje compra, respectivamente, 133 e 38 quilos.

– Isto é, o salário mínimo dava apenas para adquirir 1,3 cesta básica e agora compra 2,2 cestas básicas – explicou, frisando que este “é um crescimento muito substantivo em qualquer referência que se faça”.

Segundo Mercadante, Lula afirmou aos líderes da base governista que participaram da reunião que é favorável ao fim da verticalização na campanha eleitoral. O senador disse ter opinião diferente sobre o assunto, mas entendia que era importante comunicar a posição do presidente.



Bezerra diz que aumento real maior que 13% abalaria as contas da Previdência

Reajuste superior seria inviável, afirma Fernando Bezerra

Como líder do governo no Congresso, o senador Fernando Bezerra (PTB-RN) elogiou o esforço do governo em negociar com as centrais sindicais o reajuste do salário mínimo para R\$ 350. Ele explicou que não foi possível chegar a um reajuste real superior a 13% pelo risco de se inviabilizar investimentos e provocar impacto nas contas da Previdência Social.

– Infelizmente, vivemos em um país onde o cobertor é curto. Esse reajuste do salário mínimo está longe de ser o sonho do brasileiro, mas vai causar impacto de R\$ 5 bilhões no Orçamento da União.

Heloísa diz que Lula não cumpre promessa

“Quem quiser botar sua digital ou pata nesse projeto de aumentar o salário mínimo para apenas R\$ 350 que bote, mas nós não vamos aceitar esse projeto que esmaga a possibilidade de dinamização da economia local e de melhoria da condição de vida da população mais pobre do país.” A afirmação foi feita ontem pela senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), no Plenário, em pronunciamento no qual defendeu o aumento do salário mínimo para um valor acima de R\$ 400.

A senadora lembrou que, durante a campanha presidencial, o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva comprometeu-se a dobrar o poder de compra do salá-



Para Heloísa Helena, valor anunciado impede melhoria da condição de vida

rio mínimo. Se decidisse cumprir o que prometeu, calculou Heloísa Helena, o presidente Lula teria que reajustar, agora, o salário mínimo para R\$ 541.

– Mesmo que aleguem que a promessa não era a de dobrar o

valor de compra, mas sim a de duplicar o salário nominal, o mínimo deveria ser elevado para R\$ 400 – argumentou a senadora.

A justificativa do governo federal de que um salário mínimo superior a R\$ 350 quebraria as prefeituras e a Previdência Social foi rebatida por Heloísa. Ela considerou inadmissível o fato de o Orçamento da União para este ano, que reúne um montante de receitas no total de R\$ 1,3 trilhão, destinar R\$ 840 bilhões para financiar o setor financeiro. A representante alagoana disse que a redução do superávit primário em menos de 10% já permitiria ampliar o valor do salário mínimo para R\$ 541.



Segundo Crivella, Planalto quer debater MP que eleva arrecadação de IPI e ICMS

para comprar 22 quilos de carne e hoje compra 40 quilos. O cimento hoje custa metade do que custava em 2003.

Crivella explicou que estão sendo tomadas providências para minimizar o impacto do novo salário sobre as prefeituras dos pequenos municípios, em especial do Norte e Nordeste. Ele reconheceu que a medida dificultará ainda mais o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas assinalou

que a compensação viria com o aumento na arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

O parlamentar disse que o Executivo quer ouvir os líderes no Congresso Nacional e realizar debate político sobre a medida provisória que trata da matéria. Mencionou, ainda, o anúncio do reajuste da tabela do Imposto de Renda em 8%.

Crivella lamentou o fato de que a MP abrindo crédito para os Ministérios das Cidades, Saúde e Transportes estaria utilizando recursos que iriam para rodovias do Rio de Janeiro. Em aparte, Leonel Pavan (PSDB-SC) salientou que Lula não cumpriu a promessa de dobrar o valor do salário mínimo.



Paim frisa que comissão lutará por política permanente de remuneração

Paim defende o mesmo aumento para aposentados

Relator da Comissão Especial do Salário Mínimo, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que o colegiado vai lutar por uma política permanente de reajuste do mínimo que beneficie também aposentados e pensionistas. Ele defendeu a extensão do percentual do aumento a essas duas categorias que, afirmou, há anos vêm seu nível de renda diminuir.

– Se prevalecer a política salarial adotada nos últimos dez anos, em menos de dez anos, todos os aposentados brasileiros estarão ganhando um salário mínimo – advertiu o parlamentar.

Para Crivella, efeito sobre prefeitura será minimizado

Marcelo Crivella (PRB-RJ) manifestou-se satisfeito com o reajuste do salário mínimo para R\$ 350 a partir de abril. O senador disse que era preciso fazer jus aos avanços do governo Lula, ressaltando que o novo piso salarial supera US\$ 100, atingindo cerca de US\$ 150. Ele afirmou que o mínimo atinge o maior poder aquisitivo dos últimos 20 anos e que, com a política de recuperação do salário em debate no Congresso, será possível chegar a R\$ 400.

– É bom lembrar que, quando assumimos este governo, o salário mínimo era suficiente

Segundo revista, estaria havendo articulação de senadores da oposição para chantagear o líder, que teria feito uso de caixa dois

Mercadante rejeita denúncia sobre suposta chantagem

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), se disse “preocupado e chateado” com matéria publicada esta semana na revista *Veja*. Segundo o semanário, parlamentares da oposição estariam se articulando para chantagear Mercadante a partir de acusações de seu envolvimento com o valerioduto e as contas clandestinas do publicitário Duda Mendonça. O objetivo seria poupar o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) do processo de cassação de mandato.

– Não acredito que isso [a articulação para chantageá-lo] tenha ocorrido. Não vejo como essa atitude poderia ter sido adotada pelos senadores da oposição – declarou Mercadante ao discursar ontem em Plenário.

De acordo com a matéria publicada pela revista, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), seria um dos participantes da articulação, que envolveria parlamentares do PFL e do PSDB. Aloizio Mercadante disse não



Mercadante diz não acreditar que oposição adotaria atitude relatada pela revista

acreditar no envolvimento de Arthur Virgílio, ressaltando que o líder do PSDB “não é de adotar esse tipo de procedimento”.

– E eu nunca aceitaria qualquer tipo de chantagem – acrescentou o líder.

Em aparte, o senador Eduardo Azeredo informou que havia enviado carta à *Veja* “manifestando estranheza” em relação aos trechos da matéria que o citam.

– Não corresponde à verdade o que está lá escrito – frisou Azeredo.

Agripino nega estratégia para proteger parlamentares do PFL

José Agripino (PFL-RN) contestou ontem informações publicadas pela revista *Veja*, de que senadores da oposição teriam traçado uma estratégia para poupar o deputado Roberto Brant (PFL-MG) e o senador Eduardo Azeredo no relatório da CPI dos Correios, em troca do mesmo tratamento para o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP).

Agripino confirmou a realização de um encontro no gabinete da liderança do PFL no Senado, na semana passada, com representantes do PFL e do PSDB na CPI dos Bingos, mas negou que o teor das conversações tenha sido aquele publicado pela revista.

– Nós tratamos na reunião especificamente de dois assuntos: de uma posição conjunta do PFL e do PSDB, que não concordam com a antecipação do fim dos trabalhos da CPI dos Correios, e da uniformização dos discursos, da



Agripino rechaça matéria de *Veja* sobre suposta chantagem a Mercadante

linguagem – explicou o senador.

Agripino rechaçou a versão de que a oposição estaria chantageando Mercadante e enfatizou que sua relação com o líder do governo se baseia em lealdade e franqueza. Também refutou a informação da revista de que, num dado momento da reunião, o senador Eduardo Azeredo teria deixado a sala, para evitar constrangimentos, pois os senadores estariam discutindo o destino dele. Segundo Agripino, Azeredo participou normalmente da reunião e emitiu opiniões.

Fomento à produção de documentários

Na esteira dos bons resultados obtidos pelas duas primeiras edições do Programa de Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário Brasileiro (DOCTV), realizadas em 2003 e 2004, começou na segunda-feira o 1º DOCTV Ibérico. Trata-se, de acordo com o secretário de Audiovisual do Ministério da Cultura, Orlando Senna, da ampliação de evento similar realizado no Brasil desde 2003, centrado na valorização da diversidade cultural, identidade nacional, pluralismo estético e descentralização de investimentos.

Representantes da Secretaria Executiva da Cinematografia Ibero-Americana (Seci) e de TVs públicas dos 15 países participantes coordenam a realização dos 15 concursos nacionais DOCTV IB.

Os documentários podem abordar quaisquer aspectos da realidade dos respectivos países e a única exigência é a de que todos os filmes tenham 52 minutos. Os melhores projetos de documentários (*scripts*) serão premiados com contratos de co-produção no valor de US\$ 100 mil. Os documentários produzidos pelo DOCTV IB deverão estreiar em um circuito de televisão composto por mais de 25 canais dos países participantes.

Seleção

Em março, os candidatos poderão encaminhar seus projetos, em todos os países participantes. Em julho, será realizada a Oficina para Desenvolvimento de Projetos, em San Antonio de los Baños (Cuba), com a participação dos autores dos *scripts* selecionados. Para tratar da comercialização dos documentários nos mercados nacionais e mundiais, será realizada outra oficina, em janeiro de 2007, em Caracas.

Segundo Senna, há interesse de emissoras privadas em iniciarem relações com o Ministério da Cultura “semelhantes às já existentes com a TV pública”. O secretário-executivo do Ministério da Cultura, Juca Ferreira, entende que a proposta do DOCTV brasileiro veio suprir deficiência do mercado e sua produção está influenciando a televisão aberta.

Para o coordenador da Unidade Técnica do DOCTV IB, Paulo Alcoforado, o programa é uma experiência de promoção de conteúdos brasileiros a partir da interação entre TV e cinema.

Juiz quer revisão do sistema judicial para assegurar punição a criminosos

“Se tivéssemos um sistema judicial/criminal mais eficiente, nossa vida seria muito mais fácil.” Com essas considerações, Sérgio Fernando Moro, juiz da 2ª Vara da Justiça Federal de Curitiba (PR), que se destacou pelo trabalho realizado no caso Banestado, pautou sua participação na Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, da CPI dos Correios.

Segundo Sérgio Moro, as deficiências do processo judicial nos moldes atuais são tantas que ele se questiona sobre as próprias conseqüências do trabalho realizado pelas comissões parlamentares de inquérito.

– O Superior Tribunal de Justiça (STJ) não tem estrutura própria para lidar com esses casos complexos, o que acaba favorecendo a impunidade. Aqui no Congresso, o máximo que pode acontecer é a

perda de mandato – disse ele.

Moro defendeu uma “ampla revisão” do sistema, com destaque para uma reforma pontual do Código Penal, de forma que, identificado um crime, se seus produtos não forem mais rastreáveis, que possam ser confiscados responsáveis.

– Dessa forma, estaremos impedindo que o crime se auto-financie. É a velha história: o crime não pode compensar – frisou ele.

O juiz também propôs a estruturação de operações para evitar a prática de se burlar a exigência de comunicação obrigatória ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) em casos de saques de valor elevado. Esta seria, afirmou, uma forma de prevenir a lavagem de dinheiro.



Paulo Lacerda (D), ao lado dos deputados Bentes e Serraglio, em depoimento à CPI

Diretor da PF sugere ampliar acesso a dados de inquéritos

O diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda, defendeu alterações na Lei 8.112 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos – para permitir a utilização de provas obtidas em outros inquéritos nos processos administrativos movidos pelo órgão do funcionário infrator. Além disso, criticou as comissões de sindicância que são criadas para julgar os atos do funcionário suspeito, pois outros servidores ficam à disposição apenas para essa atividade, deixando seus afazeres, e, em sua opinião, “não decidem nada”. A sugestão foi feita ontem na Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, da CPI dos Correios.

Lacerda sugeriu ainda o compartilhamento dos dados obtidos com a quebra de sigilo pelos órgãos de governo.

– Os agentes públicos precisam de acesso irrestrito às informações, e se a usarem mal, que sejam responsabilizados – disse.

Ex-diretor do Nucleos depõe na CPI dos Correios

O ex-diretor-financeiro do Nucleos – Instituto de Seguridade Social – Gildasio Amado Filho admitiu ontem ter recebido o representante da corretora ASM Asset Management, Fernando Barros Teixeira, atendendo a uma solicitação do ex-assessor da Casa Civil e ex-secretário de comunicação do PT Marcelo Sereno. Na avaliação do deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), a informação, fornecida durante depoimento da Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, da CPI dos Correios, confirma a influência de Sereno.

Gildasio reconheceu que o resultado financeiro de sua gestão em 2004 foi pífio, por ter ficado abaixo da meta estabelecida. Processado na Justiça pela atual diretoria do Nucleos, que o responsabiliza, juntamente com outros gestores, por perdas que chegam a R\$ 39 milhões, o ex-diretor financeiro negou que tenha tirado vantagem do cargo.

Para José Jorge, acusações já estão comprovadas

O líder da Minoria no Senado, José Jorge (PFL-PE), disse ontem que é chegada a hora de a CPI dos Bingos exigir o comparecimento do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, à comissão para dar explicações sobre sua possível participação no esquema de propina que teria sido montado quando ele era prefeito de Ribeirão Preto. O líder afirmou que os documentos colhidos pela CPI confirmam as acusações feitas pela imprensa.

José Jorge listou 13 motivos para que Palocci compareça à comissão, entre eles a acusação levantada por promotores de Justiça de Ribeirão Preto sobre o



José Jorge destaca o papel responsável dos parlamentares de oposição

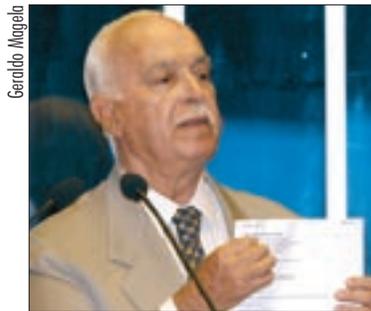
envolvimento de seu ex-assessor Rogério Buratti com o grupo que se beneficiava da coleta de lixo.

Ele comentou ainda reportagem da *Folha de S.Paulo*, segundo a qual Lula estaria empenhado para que Palocci não compareça à CPI. O líder acentuou também o papel responsável da oposição, em contraste com a oposição petista durante o governo FHC.

Antonio Carlos quer providências contra documento da Caixa

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) encaminhou ontem à Mesa do Senado documento da Caixa Econômica Federal, recebido por chefes de gabinete de deputados e senadores, que contesta o relatório parcial da CPI dos Bingos. O senador considera que o documento contém agressões à CPI e ao relator Garibaldi Alves (PMDB-RN), e deve ser repudiado.

Em seu relatório, Garibaldi indicia vários gestores da Caixa pelo relacionamento com a empresa GTech. Antonio Carlos disse que nada tem de pessoal contra o presidente da Caixa, Jorge Matoso, mas, em sua opinião, ele não soube



Antonio Carlos diz que resposta da instituição contém agressões à CPI

se defender na CPI.

– Não é justo usar equipamento da Caixa, agora, para atacar o Senado – observou o senador.

Antonio Carlos frisou ainda que “a hipocrisia do presidente Lula chegou ao limite” quando, em Nova Iguaçu (RJ), na última sexta-feira, declarou que aquela gente é que tinha a cara dele e não o povo da Zona Sul ou da Avenida Paulista.

Alberto Silva pede ação rigorosa para recuperar estradas

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) fez um apelo para que se chegue a um consenso definitivo sobre a recuperação das rodovias nacionais, lembrando que já entregou à ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, uma proposta de criação de um grupo de trabalho para movimentar recursos a fim de solucionar urgentemente o problema.

– É necessária uma operação de guerra, uma medida rigorosa. Não se restauram 20 mil quilômetros de estradas com rotinas convencionais – disse o senador.



Alberto Silva anuncia que entregou proposta à ministra Dilma Rousseff

Sobre a operação conhecida como tapa-buracos, o parlamentar considerou certo recuperar as rodovias, mas defendeu que fosse feita uma engenharia mais objetiva, a fim de que as obras durem pelo menos seis meses. Assim, observou o senador, os recursos serão revertidos pela Petrobras, com a economia no combustível que deixará de ser gasto em virtude da melhor qualidade das estradas.

Presidente da comissão informa que acertou data com o ministro da Fazenda. E o legista Paulo Vasques garante que Celso Daniel sofreu tortura antes de ser assassinado

Efraim marca para amanhã depoimento de Palocci na CPI

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), informou ontem que o depoimento do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, será realizado amanhã, após as votações no Plenário do Senado Federal. O depoimento deve ser realizado na sala de reuniões da CPI dos Bingos. Efraim disse ter confirmado a data com o próprio ministro, por telefone, na tarde de ontem.

O ministro deverá explicar,

entre outras coisas, denúncias de corrupção durante o período em que foi prefeito da cidade de Ribeirão Preto (SP) e que dizem respeito a pagamento mensal de propina por parte de alguns empresários. Prefeito da cidade de janeiro de 1993 a dezembro de 1996, Palocci também ficou à frente da prefeitura de janeiro de 2001 a novembro de 2002, quando licenciou-se para comandar a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da

República. O dinheiro arrecadado, conforme as acusações, era repassado aos cofres do PT para ser usado em futuras campanhas eleitorais. Palocci nega as acusações.

Relatório GTech/Caixa

Hoje, a CPI vai discutir o relatório parcial do caso GTech/Caixa apresentado pelo relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), na última quarta-feira. Há a possibilidade de o relatório ser votado pelos senadores na mesma reunião.

Legista confirma sinais de tortura em Celso Daniel

O médico legisla Paulo Algarate Vasques, do Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo, confirmou ontem a existência de sinais de tortura no corpo do ex-prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel, assassinado em janeiro de 2002. A afirmação foi feita em depoimento à CPI dos Bingos, que também ouviu os delegados Edson Remigio de Santi, que participou das investigações, e José Pinto de Luna, responsável pelo inquérito que apurou o assassinato.

– O laudo aponta espasmo cadavérico, expressão de terror e fezes liquefeitas no intestino, que seriam indícios de tortura. O corpo também apresentava sinais de queimadura na pele, provocados por cano aquecido de arma de fogo – disse Vasques, ressaltando que os sinais de tortura já haviam sido identificados em laudo preliminar elaborado em 23 de fevereiro de 2002 pelo legista Carlos Delmonte Printes, encontrado morto em outubro de 2005. Vasques apontou divergências entre os laudos técnicos e as declarações prestadas durante a reconstituição do crime por um menor, que teria assumido a autoria do crime.

– O laudo aponta que ele morreu em consequência de traumatismo crânico-encefálico e tiros. Ao todo foram oito tiros de uma pistola 380 mm, mas os dois tiros no tórax é que foram mortais – detalhou Vasques.

O legista disse acreditar que um “erro de digitação” no laudo preliminar do crime ou “questões de interpretação” sobre o conceito de tortura podem ter levado inicialmente as autoridades policiais paulistas a afirmar a inexistência de maus-tratos físicos no corpo do ex-prefeito de Santo André.

Vasques também garantiu que Carlos Delmonte Printes não se suicidou, embora o legista apresentasse sinais de depressão.

– A morte dele foi decorrente de asfixia mecânica, provocada por sufocação por catarro. A secreção era intensa. Ele apresentava um quadro de arritmias e tomava Dormonid, lidocaína e betabloqueadores. Os medicamentos inibiram a tosse e ele morreu sufocado. Ele também deixou dois bilhetes e recusou tratamento contra depressão – concluiu Vasques.



Delegado Santi conversa com Efraim durante o depoimento

Delegados defendem tese de crime comum

Em depoimento à CPI dos Bingos, os delegados Edson Santi e José Luna disseram ontem acreditar que o assassinato do prefeito Celso Daniel foi um crime comum. Santi, do Departamento Estadual de Investigações Criminais de São Paulo (Deic), e Luna, da Polícia Federal (PF), participaram das investigações que resultaram na tese de crime comum. Responsável pelo inquérito na PF, Luna disse que foi indicado pelo PT para o comando das investigações do caso, mas não soube informar quem do partido fez a indicação.

Foram exibidos vídeos nos quais dois dos integrantes da quadrilha confessam e relatam detalhes sobre o crime. De acordo com os delegados, e com as confissões filmadas, o grupo era especializado em assaltos e só passou a praticar seqüestros pouco tempo antes do crime contra o prefeito. Os delegados também afirmaram que nenhum dos oito membros da quadrilha presos alegou que o crime havia sido encomendado. Nos vídeos exibidos, ambos os criminosos afirmam que nem sequer sabiam que a vítima era o prefeito de Santo André. Dizem ainda terem escolhido a vítima ao acaso.

– É uma quadrilha de assaltos que passou a seqüestros. Eles mataram Celso no dia 20 de janeiro porque tinham medo de ser reconhecidos. Não há dúvida por parte da Polícia Civil de São Paulo e do Ministério Público de que os oito que estão presos são os executores. Foi um seqüestro com fins lucrativos – garantiu Santi ao explicar que a mesma quadrilha havia assassinado outro seqüestrado 13 dias antes, também por medo de ser reconhecida.



Solução definitiva para o problema é preterida por paliativos, afirma Pavan

Pavan defende solução para falta de água em SC

Ao registrar que 83 municípios de Santa Catarina decretaram estado de emergência devido à estiagem que atinge a região Sul, Leonel Pavan (PSDB-SC) lamentou que periodicamente esta situação se repita sem que os governos estadual e federal viabilizem uma solução definitiva para o problema, preferindo investir em soluções paliativas.

O senador afirmou que o abastecimento de água tanto para consumo humano como para o animal poderia ser garantido se fossem feitas obras para aproveitar o manancial do Aquífero Guarani, segundo ele, o maior manancial de água doce subterrânea transfronteiriço do mundo.



Segundo Gilvam Borges, emissora contribuiu para desenvolver o estado

Gilvam Borges presta homenagem à TV Amapá

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) ocupou a tribuna ontem para lembrar o 31º aniversário da primeira emissora de televisão de seu estado, a TV Amapá, fundada em 25 de janeiro.

A emissora, afiliada à Rede Globo desde 1981, “foi um dos fatores primordiais para o desenvolvimento do estado”, afirmou o senador. Antes de sua criação, em 1975, a população local só dispunha do rádio, ainda assim, “com interferência de emissoras de tevê da Venezuela”. Os amapaenses foram privados, lembrou Gilvam Borges, das transmissões da Copa de 1974. Atualmente, o Amapá conta com 11 emissoras de televisão.

Proposta do senador altera o Código de Defesa do Consumidor e impõe ao fornecedor toda a responsabilidade sobre qualquer falha nas compras feitas por meio eletrônico

Tourinho quer segurança nas vendas pela Internet

Ao registrar que a Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico apurou que as vendas através da Internet no Natal foram cerca de 55% superiores às do mesmo período do ano anterior, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) defendeu a implantação de mecanismos legais de controle e de segurança nas transações comerciais eletrônicas. Nesse sentido, ele defendeu a aprovação de projeto de lei de sua autoria, o PLS 396/2005.

Apresentada no dia 31 de novembro do ano passado, a proposição altera o Código de Defesa do Consumidor com o objetivo de disciplinar as relações de consumo realizadas por meio eletrônico. O projeto procura impor ao fornecedor toda a responsabilidade sobre qualquer desvio na forma, na lisura, na garantia e no sigilo da compra, explicou Tourinho.



Tourinho defende mecanismos legais de controle e segurança nas transações

– Segundo o Centro de Estudos, Respostas e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil, órgão vinculado ao Comitê Ges-

tor de Internet no Brasil, em 2005 os crimes bancários e financeiros pela Internet registraram um prejuízo de cerca de R\$ 300 milhões contra os usuários, ou seja, 50% a mais do que os valores registrados em 2004 – informou o senador.

Além de pedir apoio para seu projeto, Rodolpho Tourinho também falou sobre a importância de duas outras proposições de sua autoria, que visam ampliar os direitos dos consumidores: o PLS 219/04 e o PLS 271/03. O primeiro incentiva o uso do prefixo 0800, gratuito, e coíbe o abuso da utilização do 0300, tarifado. O segundo projeto estipula multa no caso de descumprimento, pelo fornecedor, da data fixada para entrega do produto ou serviço adquirido pelo consumidor.

Agências devem ser valorizadas, afirma Maciel

O senador Marco Maciel (PFL-PE) fez um apelo ao governo federal, ontem, pela valorização do trabalho das agências reguladoras. Ele pediu a liberação de mais recursos e a contratação de servidores por concurso para essas instituições. Prestigiar as agências, em sua avaliação, é fundamental para a estabilidade do processo produtivo e para a satisfação dos usuários de serviços públicos essenciais.

Marco Maciel lembrou que o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, denunciou, em entrevista ao jornal *Valor Eco-*



Maciel enfatiza que agências devem contar com pessoal de alta qualificação

nômico, que o atual governo aumentou os encargos cobrados na conta de luz para reforçar o superávit primário. A operação teria resultado no desvio, nos últimos três anos, de mais de

R\$ 300 milhões para esse fim, recursos que deveriam financiar as atividades da Aneel.

– As agências reguladoras têm que contar com pessoal de alta qualificação e um ambiente atrativo para investimentos – disse.

Não bastasse a interferência da política fiscal na arrecadação desses encargos, as agências ainda têm de amargar contingenciamento de recurso orçamentários, acrescentou Maciel. Por serem entes de Estado, e não de governo, o senador sustenta que as agências deveriam fixar políticas independentes e gozar de plena autonomia.

Osmar Dias cobra instituição de seguro-produção

O senador Osmar Dias (PDT-PR) cobrou do governo federal a instituição de um seguro-produção para cobrir as perdas dos agricultores com a seca que atinge a região Sul há cinco anos seguidos. De posse de dados da Secretaria de Agricultura do Paraná, o senador informou que seu estado já sofreu, somente em um ano, prejuízos de R\$ 1,23 bilhão com a perda de 3,8 milhões de toneladas da safra de grãos.

Osmar Dias lembrou que o



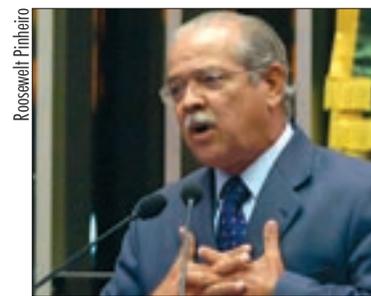
Benefício cobriria perdas dos agricultores do Sul, explica Osmar

presidente Lula prometeu na sua campanha eleitoral instituir o seguro-produção para cobrir prejuízos dos pequenos e médios produtores com a seca, “mas, até agora, nada foi feito”.

– O Programa de Garantia de Atividade Agropecuária (Proagro), o único existente, não fun-

ciona. Até hoje, nenhum governo teve a coragem de implantar uma lei já aprovada no Senado que institui um seguro padrão para cobrir prejuízos dos bancos seguradores com possíveis catástrofes causadas por intempéries como a seca – reclamou.

O senador pediu que o governo se antecipe às catástrofes e não deixe que os produtores, principalmente os pequenos, desistam da atividade agropecuária devido ao descaso das autoridades com a situação. Ele sugeriu como solução para o problema, no curto prazo, a repactuação das dívidas dos agricultores e a securitização das safras “até por meio de medida provisória”.



Dívida aumenta e "investimentos são quase nulos", lamenta César Borges

César Borges critica aumento da dívida pública em 2005

O aumento de R\$ 141 bilhões na dívida pública no exercício de 2005 foi duramente criticado pelo senador César Borges (PFL-BA), em pronunciamento feito ontem. Conforme assinalou, o fato aconteceu em decorrência da manutenção da taxa básica de juros para conter a inflação. A taxa Selic, hoje em 17,25%, é apontada como a mais alta entre todos os países, frisou.

Enquanto a dívida pública aumenta progressivamente, lamentou o senador, “os investimentos são quase nulos”. Ele mencionou como exemplos a falta de recursos no Orçamento para as áreas de saúde, saneamento, energia, educação, segurança e transportes.



Governo usou verbas da Cide para compor superávit primário, denuncia Azeredo

Azeredo protesta contra precariedade de rodovias federais

A situação precária de 72% das rodovias federais brasileiras motivou protestos do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Ele informou que apenas 17% dos R\$ 31 bilhões arrecadados pela Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) desde 2003 foram investidos na recuperação da malha rodoviária. O senador denunciou ainda o uso desses recursos pelo atual governo para composição do superávit primário. Quanto à exploração de rodovias federais por empresas privadas, Azeredo comentou estudo que aponta satisfação com essas concessionárias (conceitos “ótimo” e “bom”) de cerca de 80% dos entrevistados.

Mão Santa diz que realização de prévias fortalece o PMDB

Defensor da apresentação de candidato próprio pelo PMDB à Presidência da República, o senador Mão Santa (PMDB-PI) comemorou ontem a decisão da Comissão Executiva Nacional de definir a data de 19 de março para as prévias que escolherão os candidatos do partido que concorrerão às eleições em outubro.

O senador ressaltou que, para o fortalecimento do regime democrático, faz-se necessário também o fortalecimento dos partidos políticos. Para ele, a decisão de candidatura própria do PMDB contribuirá para o engrandecimento do partido, que, a seu ver, é o mais expressivo da história contemporânea brasileira.

– O PMDB conta com dois extraordinários nomes para disputar a presidência: o ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho e o governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto.



Para Renan, candidatura própria ajuda a unir as correntes do PMDB

Renan vê com otimismo disputa para a presidência

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem que o adiamento para o dia 19 de março das prévias para escolha do candidato do PMDB à Presidência da República ajuda a aproximar as correntes do partido. Além disso, a mudança de data, em sua opinião, torna o processo mais democrático, uma vez que outros candidatos podem fazer inscrição.

– É importante que isso aconteça, porque aumentará a representatividade e a legitimidade da própria escolha – afirmou.

Para Renan, a apresentação de candidatura própria do PMDB à presidência é um fator de unidade e de coesão interna. Ele acrescentou que esse é o desejo de todos os militantes, de modo que o PMDB possa trazer para o plano nacional a força que já tem regionalmente. Por isso, ressaltou, é essencial que o candidato escolhido tenha a capacidade de unir essas forças em torno de si.

Transferência de recursos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil para o Bolsa-Família impede votação de relatório desde o final do ano passado



Lúcia Vânia (ao lado de Gilberto Mestrinho, na reunião da CMO) afirma que bolsas devem continuar vinculadas ao Peti

Impasse sobre verba para o Peti atrasa exame do Orçamento

Sem acordo sobre a destinação de R\$ 900 milhões reservados pelo governo para o Bolsa-Família e que a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) propõe sejam mantidos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), a Comissão Mista de Orçamento (CMO) retoma seus trabalhos, na tarde de hoje, impossibilitada de aprovar consensualmente o relatório da área de Trabalho, Previdência e Assistência Social da proposta orçamentária para 2006.

A reunião plenária para votar o documento, na manhã de ontem, nem sequer foi iniciada. No lugar, ocorreu longo debate com os representantes partidários para tratar da questão do Peti, impasse que vem impedindo a aprovação do relatório desde o final do ano passado.

Para justificar a posição do governo de integrar as bolsas concedidas às famílias envolvidas em trabalho precoce na programação do Bolsa-Família, participaram do encontro re-

presentantes do Ministério do Desenvolvimento Social, tendo à frente o secretário-executivo-adjunto, João Fassarella.

À saída da reunião, o presidente da CMO, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), informou que daria prioridade, na retomada dos trabalhos – já que não havia entendimento para votação –, à leitura de outro relatório.

Impedimento

O relator da área de Trabalho, Previdência e Assistência, senador João Ribeiro (PL-TO), acreditava que seu parecer, se voltasse à pauta, seria decidido no voto. Disse também que manteria a programação das despesas exatamente como o governo enviou ao Congresso. Como justificativa, afirmou que a resolução que normatiza o processo orçamentário o impediria de alterar dotações sem prévio entendimento com o Executivo.

– O governo acha que o Bolsa-Família é melhor. Fez pesquisas,

ouviu instituições internacionais e entidades da sociedade civil, e não sou eu que vai mudar por sugestões que me sejam oferecidas de todo lugar – acrescentou.

A senadora Lúcia Vânia, porém, deixou a reunião mantendo a convicção de que as bolsas para as famílias no Peti devem continuar sob gestão direta desse programa. Segundo ela, não se trata de uma mera questão de nomenclatura, pois os dois programas teriam objetivos diferentes.

Lúcia Vânia observou que, enquanto o Bolsa-Família possui caráter emergencial, destinado a combater a fome, o Peti articula parcerias com o Ministério do Trabalho, entidades civis e empresários que contribuem na fiscalização e na celebração de acordos de procedimentos para que as crianças permaneçam na escola e nas atividades complementares da jornada ampliada (reforço escolar, atividades de lazer e esportivas) no segundo turno.

Votado relatório de Educação, Ciência e Tecnologia

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) finalizou a votação do relatório setorial da área temática de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, e Esporte

ao Orçamento de 2006. Apenas dois dos 239 destaques apresentados ao texto do deputado Wasny de Roure (PT-DF), que ainda faltavam analisar, foram aprovados na reunião ocorrida na tarde de ontem. Os destaques acolhidos

não produzem grandes alterações no texto original e somente provocam mudanças em grupos de natureza de despesa (GND).

Durante a reunião da CMO, foi lido ainda o relatório setorial da área de Planejamento e Desenvolvimento Urbano pelo relator da matéria, deputado Nelson Meurer (PP-PR), e iniciada a leitura do relatório da Saúde pelo deputado Cláudio Cajado (PFL-BA).

Os parlamentares de oposição não permitiram a discussão dos documentos lidos em função da falta de acordo para a votação do relatório de Trabalho, Previdência e Assistência Social.

Devido ao início da ordem do dia na Câmara dos Deputados, o presidente da CMO, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), suspendeu a reunião, marcando a próxima para hoje, às 10h30.

Aliança com PT destruiria partido, teme Almeida Lima

Almeida Lima (PMDB-SE) confirmou a notícia de que seu partido terá candidato próprio à Presidência da República. Ele destacou que há dois inscritos: Germano Rigotto, governador do Rio Grande do Sul, e Anthony Garotinho, ex-governador do Rio de Janeiro e atual secretário de governo e de coordenação desse estado. Segundo Almeida Lima, a prévia para escolha do candidato do PMDB será realizada em 19 de março.

– Teremos candidato próprio. Uma aliança com o PT seria a destruição final da história do PMDB – afirmou.

O senador disse também que a postura de Lula, de não assumir sua candidatura à reeleição, contradiz a notícia de que o próprio presidente da República teria oferecido ao PMDB a vaga de candidato a vice.



Arthur Virgílio revela que pesquisa registra vitória de candidatos do PSDB

Para Virgílio, Lula não tem condições de governabilidade

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse não vislumbrar possibilidade de êxito em possível candidatura do presidente Lula à reeleição. Segundo ele, embora a reeleição seja um poderoso instrumento, capaz até de sustentar no poder um presidente sem popularidade, não é capaz de garantir o retorno ao cargo do representante de um governo que perdeu a governabilidade.

– Eu entendo seu esforço glório de vender a alma ao diabo e tentar se reeleger. Mas seu governo não tem governabilidade e a sociedade brasileira já é madura o suficiente para não se meter em aventuras. Se pudesse lhe fazer uma pergunta seria: presidente, se eleito, com quem governará?

Conforme Virgílio, pesquisa encomendada por seu partido registra que Lula perderia no segundo turno tanto para José Serra quanto para Geraldo Alckmin, possíveis candidatos do PSDB.

Projeto que recebeu parecer favorável da Comissão de Educação será votado agora, em regime de urgência, pelo Plenário. Ampliação do período pode começar em 2010

Ensino fundamental obrigatório poderá ter duração de nove anos

O ensino fundamental obrigatório no Brasil poderá ter a duração aumentada de oito para nove anos, segundo estabelece projeto de lei que recebeu ontem parecer favorável dos senadores da Comissão de Educação (CE). A proposta será votada agora pelo Plenário, em regime de urgência. Se aprovado, o projeto seguirá para a sanção presidencial.

O relator da matéria (PLC 144/05), senador José Jorge (PFL-PE), lembra no parecer que a lei atual já estabelece em seis anos a idade para o início do ensino fundamental, mas não obriga a duração de nove anos. Conforme a proposta da Câmara dos Deputados, a ampliação do período desse nível de ensino deverá ser implantada até 2010, pelos municípios, estados e Distrito Federal. O projeto também determina que nesse prazo será feita a adaptação ao novo modelo das pré-escolas, que passarão a atender crianças de 4 e 5 anos de idade.

Na opinião do senador, a rápida



José Jorge (D), que apresentou parecer favorável à proposta, conversa com Marco Maciel

aprovação do projeto permitirá que se resolvam “problemas operacionais” observados em alguns estados para a ampliação do ensino fundamental. A seu ver, a adoção do período maior pode ser considerada um “consenso nacional”.

– No contexto internacional, onde o ensino obrigatório se estende a nove, 12 e até mais anos, o Brasil se sentia em dívida com as pressões dos educadores e da sociedade – disse José Jorge.

Entre as famílias de maior renda, ressalta o relator, já se verifica uma prática bastante difundida de se antecipar o início da escolarização fundamental. Os censos escolares, recordou o parlamentar, têm identificado a existência de classes de alfabetização com crianças de 6 e de até 5 anos, e recentes propostas de organização do ensino fundamental prevêem três ciclos de três anos cada, totalizando as nove séries, com início aos 6 anos de idade.

Medida favorece alunos de famílias pobres

Os integrantes da Comissão de Educação apontaram, entre os méritos da proposta que amplia para nove anos a duração do ensino fundamental obrigatório em todo o país, o fato de a medida reduzir a distância entre o ensino oferecido às crianças de classes sociais diferentes.

– Em termos de classes média e alta, a ampliação é o que já vem acontecendo, pois as crianças vão para a escola aos 6, 5 ou até 4 anos de idade – comparou o

senador Flávio Arns (PT-PR). Já Eduardo Azeredo (PSDB-MG) observou que o estado de Minas Gerais adotou o período de nove anos com “resultados positivos”. Ele lembrou, por outro lado, que os senadores estavam apreciando com bastante rapidez, no período de convocação extraordinária, um projeto de lei proveniente da Câmara dos Deputados – prática nem sempre seguida, a seu ver, na outra Casa do Congresso Nacional. E solicitou a Sérgio

Zambiasi (PTB-RS), no comando da reunião, que levasse o assunto ao presidente do Senado, Renan Calheiros. Zambiasi disse que conversaria com Renan a respeito da questão.

Fátima Cleide (PT-RO), que apresentou o requerimento de tramitação em regime de urgência, disse que o projeto deveria contar com o apoio de todo o Congresso Nacional. Valdir Raupp (PMDB-RO) e Leonel Pavan (PSDB-SC) também elogiaram a medida.

Papaléo vê prejuízo em acordo sobre remédio anti-aids

Citando reportagem da revista *Veja*, o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) criticou o acordo firmado entre o Ministério da Saúde e o laboratório norte-americano Abbott visando à redução do preço do Kaletra – remédio que dificulta a reprodução do vírus da aids. Ele afirmou ontem, da tribuna do Plenário, que, mesmo com a redução de custo,



Segundo Papaléo, valor cobrado pelo medicamento é menor no exterior

o acordo teria sido lesivo aos cofres públicos.

O senador lembrou que, pressionado pela possibilidade de quebra de patente, o laboratório reduziu o custo da cápsula do Kaletra de US\$ 1,17 para US\$

0,63. Mas essa mesma empresa, ressaltou o parlamentar, cobraria US\$ 0,23 por cápsula em outros países.

Papaléo também destacou que o governo brasileiro se comprometeu a pagar US\$ 0,63 por cápsula até 2011. Ele argumentou, no entanto, que após cinco ou seis anos os preços dos medicamentos costumam ter queda de até 70%, em termos reais. Dessa forma, disse, o custo da cápsula do Kaletra poderia cair para US\$ 0,50 nos próximos anos, enquanto o governo continuaria pagando US\$ 0,63.

Modernização da Previdência terá US\$ 658 milhões do Bird

Parecer favorável a mensagem do Poder Executivo que pede autorização do Senado para efetuar a contratação de empréstimo externo no valor de US\$ 658,3 milhões, com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Os recursos constituirão o Primeiro Empréstimo Programático para Reformas do Setor de Previdência Social (Fiscal III). O relator da matéria é o senador Jefferson Péres (PDT-AM).

A CAE aprovou também parecer favorável à mensagem relativa à contratação de crédito no valor de até US\$ 49,2 milhões entre o governo do estado da Bahia e o Bird. O dinheiro será aplicado no Projeto de Desenvolvimento Integrado de Áreas Carentes na Bahia – o Viver Melhor II.

O relator, senador Luiz Otávio (PMDB-PA) destacou que os re-

curso beneficiarão Salvador, Barreiras, Feira de Santana, Ilhéus, Juazeiro e Teixeira de Freitas. Ressaltou que a melhoria das condições de vida da população constitui preocupação constante do governo baiano.

Entre outras mensagens, recebeu ainda parecer favorável pedido de autorização para o governo do Distrito Federal tomar empréstimo no Bird, no valor total de até US\$ 57,6 milhões. Os recursos financiarão parte do Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do DF.

Todas as mensagens aprovadas na comissão serão apreciadas pelo Plenário em regime de urgência, conforme requerimento acolhido pelo colegiado. O secretário-adjunto da Secretaria do Tesouro Nacional, Jorge Khalil Miski, compareceu à reunião da CAE e acompanhou a discussão e a votação das matérias.



Luiz Otávio, entre o governador Paulo Hartung (D) e Jorge Kalil, dirige reunião da CAE

Programa rodoviário capixaba deve contar com financiamento do BID

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável do senador Osmar Dias (PDT-PR) a mensagem do Executivo que pede autorização para o governo do Espírito Santo contratar empréstimo externo, no valor de US\$ 73,5 milhões, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos destinam-se ao Programa Rodoviário do Espírito Santo II. A discussão da matéria contou com a presença do governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, e do prefeito de Vitória, João Coser.

Também foi acolhido parecer favorável a mensagem que solicita autorização para contratação de crédito externo, com garantia do Tesouro Nacional, pelo município de São Bernardo do Campo (SP) com o BID, no valor de US\$ 72 milhões. Os recursos deverão ser aplicados no Programa de Trans-

porte Urbano de São Bernardo do Campo. O estado de São Paulo poderá ser beneficiado por outro empréstimo com o BID, cuja autorização teve parecer acolhido pela CAE.

A comissão aprovou ainda parecer pela autorização de dois empréstimos a serem tomados pelo governo brasileiro no Bird: um com a finalidade de financiar parte do Projeto de Assistência Técnica para o Setor de Habitação, no valor de US\$ 4 milhões; e outro, de US\$ 8 milhões, para financiar o Projeto de Assistência Técnica ao Programa de Reformas para o Setor de Desenvolvimento Humano.

Na mesma reunião, também recebeu aprovação parecer favorável da senadora Serys Slesarenko (PT-MT) à mensagem presidencial sobre a programação monetária para o primeiro trimestre deste ano.